



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº V

LEI MUNICIPAL Nº 458/2026

Atualiza e reorganiza o Conselho Municipal de Turismo, Cultura e Economia Criativa de Taperoá, revoga disposições em contrário e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Taperoá, Estado da Paraíba, no exercício de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo, Cultura e Economia Criativa CMTCEC, órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Economia Criativa, com a finalidade de formular, propor, acompanhar, monitorar e avaliar as políticas públicas de cultura, turismo e economia criativa no Município de Taperoá.

Art. 2º O CMTCEC reger-se-á pelos princípios do Sistema Nacional de Cultura, do Sistema Municipal de Cultura instituído pela Lei Municipal nº 048/2014, da legislação nacional de fomento cultural e das políticas públicas de turismo e economia criativa, observando especialmente:

- I – participação e controle social;
- II – paridade entre sociedade civil e poder público;
- III – equidade de gênero;
- IV – diversidade racial, étnica, territorial e geracional;
- V – inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência;
- VI – transparência e prevenção de conflitos de interesse;
- VII – promoção da economia criativa como vetor de desenvolvimento sustentável;
- VIII – valorização do patrimônio cultural material e imaterial;
- IX – integração entre cultura, turismo, comércio e produção simbólica.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº V

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O CMTCEC será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes, assegurada a paridade entre sociedade civil e poder público.

Seção I

Dos Representantes da Sociedade Civil

Art. 4º A sociedade civil será representada por 06 (seis) segmentos, com seus respectivos titulares e suplentes, assim definidos

- I – Artes Literárias;
- II – Artes Cênicas, Música e Cultura Popular;
- III – Artes Audiovisuais, Artes Visuais e Produção Cultural;
- IV – Cultura Viva;
- V – Artesanato e Economia Criativa;
- VI – Turismo, Patrimônio e Comércio

Seção II

Da Prioridade de Inclusão

Art. 5º Nos processos de escolha dos representantes da sociedade civil, deverá ser assegurada, sempre que possível, prioridade para representantes dos seguintes grupos:

- I – pessoas com deficiência;
- II – mulheres;
- III – juventudes;
- IV – pessoas idosas;
- V – população negra;
- VI – comunidades quilombolas ou indígenas;
- VII – população LGBTQIAPN+;
- VIII – representantes de territórios rurais ou periféricos.

Parágrafo único. A prioridade de inclusão poderá ser utilizada como critério de desempate nos processos eleitorais do Conselho.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO
“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº V

Seção III
Dos Representantes do Poder Público

Art. 6º O Poder Público Municipal será representado pelos seguintes órgãos, com um titular e um suplente cada:

- I – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Economia Criativa;
- II – Secretaria Municipal de Educação;
- III – Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – Secretaria Municipal de Bem-Estar Social;
- V – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
- VI – Secretaria Municipal de Agropecuária, Ciência, Tecnologia e Meio

Ambiente.

§1º As indicações serão formalizadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

§2º Os representantes deverão possuir vínculo funcional e quando possível afinidade com as políticas da área representada.

Seção IV
Da Escolha dos Representantes da Sociedade Civil

Art. 7º Os representantes da sociedade civil serão escolhidos mediante:

- I – chamamento público;
- II – habilitação de entidades, coletivos e agentes culturais;
- III – assembleias setoriais por segmento.

§1º O processo observará os princípios da legalidade, publicidade, transparência e participação social.

§2º A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Economia Criativa será responsável pela condução e publicação do edital.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO

Art. 8º Compete ao CMTCEC:

I – propor diretrizes, prioridades e metas das políticas públicas de cultura, turismo e economia criativa;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026	Mês: janeiro	Nº V
setor;	II – acompanhar a execução de planos, programas, projetos e ações do	
lei;	III – deliberar sobre a aplicação de recursos públicos, quando previsto em	
	IV – acompanhar a execução da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e	
da Lei Paulo Gustavo (LPG), entre outras a nível federal, estadual e municipal;	V – zelar pela implementação do Sistema Municipal de Cultura;	
	VI – fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos;	
turísticos;	VII – estimular a participação social e a formação de agentes culturais e	
	VIII – propor normas complementares;	
	IX – instituir câmaras técnicas, grupos de trabalho e comissões temáticas;	
	X – acompanhar ações de preservação do patrimônio cultural;	
	XI – propor políticas de fomento ao turismo e à economia criativa;	
	XII – emitir pareceres, recomendações e resoluções;	
	XIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.	

CAPÍTULO IV
DA PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Art. 9º Aplicam-se aos conselheiros as normas de prevenção de conflitos de interesse, especialmente nos processos de fomento e seleção de projetos.

Art. 10. É vedada a participação de conselheiros em editais nos quais tenham atuado direta ou indiretamente.

Parágrafo único. A participação em editais será permitida apenas quando observadas as regras de impedimento, conforme diretrizes do Ministério da Cultura.

CAPÍTULO V
DO MANDATO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 11. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 12. O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 90 (noventa) dias e, extraordinariamente, quando convocado.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ
BOLETIM OFICIAL
PODER EXECUTIVO

“Criado pela Lei Municipal nº 17, de 21/09/1974”

Ano: 2026

Mês: janeiro

Nº V

Art. 13. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I – faltar a três reuniões ordinárias consecutivas sem justificativa;
- II – praticar atos incompatíveis com a função;
- III – incorrer em conflito de interesse não declarado;
- IV – solicitar desligamento.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O CMTCEC elaborará seu Regimento Interno.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taperoá, em 29 de janeiro de 2026.


George Ciro Monteiro de Farias
Prefeito Constitucional